

O AFETO NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E ACOLHIMENTO: UMA VISÃO WINNICOTTINIANA***THE WINNICOTTIAN VIEW IN THE PROCESS OF ADAPTATION AND ACCEPTANCE***Ana Maria Duarte de Alcântara¹, Andréia Duarte do Nascimento²**RESUMO**

O presente artigo aborda a temática do afeto no processo de adaptação e acolhimento por meio da visão winnicottiana. Tem como objetivo, demonstrar a importância de uma boa acolhida diante do complexo processo de adaptação, apresentar estratégias que facilitem esse processo e demonstrar como acontece o desenvolvimento da afetividade e os principais fatores que contribuem para isso. No decorrer da pesquisa, citamos a história da criação de creches no Brasil, as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, e por fim o contexto atual. Incluímos também a legislação vigente em torno dos direitos das crianças e as ideias de alguns autores importantes referente ao tema, incluindo Winnicott. Percebe-se através das vivências e das pesquisas realizadas que a iniciação da vida escolar das crianças, é por muitas vezes, um momento de sofrimento, sendo também complexo para familiares, responsáveis e também para os professores, portanto, demonstra que o processo de acolhimento sendo bem planejado, organizado e envolvendo afeto, pode amenizar o estresse e o sofrimento vivido nesse delicado momento, podendo então, torná-lo mais tranquilo e menos traumático para a criança.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento. Desenvolvimento. Objetos transicionais. Adaptação. Afetividade.**ABSTRACT**

This article reports of the Winnicottian view about theme affection in the process of adaptation and acceptance. Its purpose is demonstrating the importance of a good reception in the complex process of adaptation, showing strategies that facilitate this process and demonstrating how the development of affectivity and the main factors that contribute to it happen. In the course of the research, we cite the history of the creation of day care centers in Brazil, the changes that have occurred over the years, and finally the current context. We have also included current legislation on children's rights and the ideas of some important authors on the subject, including Winnicott. It can be seen from experiences and research that the initiation of children's school life is often a moment of suffering, and it is also complex for the family, responsible and also for the teachers, therefore, it shows that the reception process being well planned, organized and involving affection, can ease the stress and suffering lived in this delicate moment, which can then make it more tranquil and less traumatic for the child.

KEYWORDS: Host. Development. Transitional objects. Adaptation; Affectivity.

¹ Pedagoga UNG Universidade² Pedagoga UNG Universidade

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema central o Afeto no processo de adaptação e acolhimento por meio da visão winnicottiana e sugere pensar num planejamento institucional no acolhimento da criança que passa a frequentar o ambiente escolar. Essa prática, embora comum, é pouco explorado em pesquisas visto que não se encontra facilmente referências que tratem desse assunto.

Este artigo discorre sobre o quanto é difícil e delicado esse processo, tanto para as crianças quanto para familiares e educadores. Portanto, frisa a importância da afetividade na acolhida, a fim de minimizar o sofrimento e a angústia da criança. Esse processo exige, sobretudo, o envolvimento e paciência por parte dos familiares e educadores.

A pesquisa mostra a importância de todo o processo de acolhida, e também que esse processo deve ser bem planejado e organizado, visando tornar menos traumático e o mais tranquilo possível a escolarização das crianças pequenas.

Essa ideia não está de todo disseminada na educação, principalmente nas escolas públicas e creches que atendem a população de baixa renda. Parece existir ainda resistências em se planejar um bom acolhimento. Por trás disso há uma ideia de que é um “luxo” destinado aos ricos, pois a criança pobre não precisa deste cuidado, e quem precisa do serviço deve se submeter sem atrapalhar muito. Ao se constatar problemas nesse período eles são considerados como uma “frescura” da criança ou excesso de mimo por parte da mãe e

familiares. Este preconceito na verdade revela uma concepção assistencialista na qual a educação do pobre é vista como um favor.

Neste artigo abordamos inicialmente a concepção de criança e infância ao longo da história. Em seguida destacamos os direitos fundamentais das crianças e as principais legislações. Ressaltamos como o processo de adaptação e acolhimento deve ser considerado como um direito e os impactos positivos e negativos que podem causar na constituição identitária da criança. Nesse ponto, enfatizamos como a angústia da separação e o conforto que os objetos e fenômenos transicionais podem proporcionar nesse período. Para isso, usamos como principal referencial teórico a Psicanálise de Winnicott e destacamos como são estabelecidas as relações sociais na infância e como a postura afetiva adotada pelo educador e a promoção de uma segurança interna podem ser fundamentais nesse processo de acolhida.

EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO E CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A educação infantil inaugura a educação da pessoa. Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família. Tomando por base esta realidade estas informações e a atual necessidade de atendimento exigida pela sociedade para a educação infantil é que propomos um olhar mais sensível para as informações apresentadas.

Para entender como se deu o processo do desenvolvimento da concepção de infância,



é importante analisar as diferentes mudanças e destacar que a visão que se tem de criança hoje é algo que foi historicamente construído ao longo dos anos.

Dessa maneira, é possível observar os contrastes em relação ao sentimento de infância presente em determinados momentos da história (ARIÈS, 1960). Algumas atitudes que hoje parecem um absurdo, como o tratamento indiferente à criança pequena, há alguns séculos atrás era considerado como algo normal.

Por mais estranho que pareça, a sociedade nem sempre viu a criança como um ser especial e único, dotado de particularidades e cuidados especiais. Por muito tempo a sociedade a tratou como um adulto em miniatura.

Philippe Ariès (1960), um grande historiador francês, problematizou o conceito de infância e fez uma análise de três períodos distintos (que vai do século XIII ao século XVIII e do século XVIII à atualidade). Ele afirma que não havia distinção entre o mundo adulto e o infantil, as crianças viviam em meio ao universo dos adultos. Falavam e se vestiam como eles, jogavam os seus jogos e até participavam de suas festas. Já no segundo período (séc. XVIII) houve uma significativa mudança (ARIÈS, 1960).

A sociedade passou a separar as crianças dos adultos e então surgem as primeiras instituições escolares. Por fim, no terceiro período (atualidade), a criança já começa a ocupar o seu verdadeiro espaço e acontece então a consolidação do conceito de infância que conhecemos hoje, embora ainda há necessidade de muitos progressos.

Durante muito tempo as instituições escolares, organizavam seus espaços e o

cotidiano embasadas nas ideias assistencialistas, ou seja, a principal função da escola não era ensinar e promover aprendizagem, mas cuidar especialmente, de crianças até seis anos.

Porém, com as diversas mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento das grandes cidades e as diversas modificações socioculturais, as coisas foram mudando de figura (ARIÈS, 1960).

No Brasil, as primeiras creches/jardim de infância, surgiram no final do século XIX início do século XX nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, até os anos de 1920, tinham caráter filantrópico e assistencialista, não havia preocupação com a oferta de atendimento pedagógico, e destinavam-se especialmente para mães solteiras ou viúvas, com poucas condições de sustentar seus filhos. Essa origem está atrelada ao interesse da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa (KISHIMOTO, p. 44, 1988).

Na década de 1940, no período da ditadura, houve um marco na legislação referente ao atendimento em creches com CLT, que obrigava empresas com mais de 30 mulheres empregadas a manterem creches para seus filhos no período de amamentação. Nesse mesmo período constituiu-se o movimento higienista, formado por médicos,



espelhados em ideologias europeias a fim de reduzir os índices de mortalidade infantil (KISHIMOTO, 1988).

Na década de 1970, houve outro marco, um movimento social por meio de luta por creches, influenciadas pela UNICEF e UNESCO. A creche passou a ser reivindicada, também, pela população de classe média, que, somada à necessidade de trabalho feminino, apresentava o reconhecimento do caráter educativo da instituição de atendimento às crianças. Inicia-se nesse momento um período de mudança da identidade institucional, ampliando o seu caráter assistencialista à dimensão educacional (KISHIMOTO, 1988).

Para modificar essa concepção assistencialista, houve uma mudança acentuada na educação infantil. Era necessário enxergar e assumir as suas especificidades e rever as responsabilidades da sociedade e o real papel do Estado perante as crianças pequenas.

A concepção de escola como 'depósito' e 'cumpridora de favores' não pode mais acontecer e a educação não pode se sustentar com esses equívocos já que hoje a criança vive a maior parte do tempo e de sua vida nesse espaço, iniciando seus primeiros passos, palavras, desenhos, escritas. "[...] A ligação entre o acolhimento e a experiência é, porém, possível apenas quando se age com coerência, convicção e método" (STACCIOLI, 2013, p. 33).

A partir da década de 1980, houve grande mobilização em torno da criança e do adolescente. A criança é vista como um sujeito de direitos, dentre eles a educação infantil, que é referenciada então ao educar e cuidar, e não mais no campo de assistência

social. Com esse movimento houve ampliação das vagas em creches e com a mudança nas leis, sobretudo no artigo 208 da Constituição de 1988 define que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (BRASIL, 1988). Por meio desse tratamento jurídico inclui-se direito a formação integral, acompanhamento pedagógico, oferta de material adequado para auxiliar no desenvolvimento da criança, e também formação e especialização dos educadores.

Para ressaltar a importância da educação e defesa integral da criança e adolescente, em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em 1996 a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1998 o MEC lança o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil e em 2010 as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil.

A educação para as crianças pequenas deve promover a integração entre os diversos aspectos que as norteiam, como o aspecto físico, emocional, cognitivo, entre outros. Hoje, sabe-se que a criança é um ser dotado de direitos, particularidades e cuidados especiais, principalmente as mais pequeninas.

No atual contexto, a ideia da criança como um sujeito de direitos e características particulares, deve ser respeitada como um todo, e cabe também ao educador ter uma postura ativa e consciente de como deverá realizar as atividades para as crianças, respeitando suas necessidades e particularidades.

Nos habituamos durante muito tempo pensar as crianças como seres passivos, destinatários da ação dos adultos, sem



vontade, sem opinião, sem voz. A partir de uma determinada altura, o reconhecimento de que as crianças são atores sociais, ou seja, sujeitos com capacidade de ação e interpretação do que fazem, levou ao reconhecimento da necessidade, e mais que a necessidade, do direito, da criança em participar da vida coletiva (SARMENTO, 2011).

Assim, a infância é um período da vida onde a proteção deve ser oferecida de forma integral garantindo o desenvolvimento pleno e saudável.

ADAPTAÇÃO OU ACOLHIMENTO?

A adaptação pode ser entendida como o esforço que a criança realiza para ficar bem no espaço coletivo, povoado de pessoas grandes e pequenas desconhecidas. As relações, regras e limites são diferentes daquele espaço doméstico a que ela está acostumada o que exige um grande esforço por parte da criança que chega e que está conhecendo o ambiente da instituição. Ao contrário do que o termo sugere, não depende exclusivamente dela adaptar-se ou não a nova situação, depende também da forma como é acolhida (ORTIZ, 2000).

Há sinais e indícios (de sofrimento) além do choro e são reveladores do modo de estar na escola. A dificuldade de vir para a escola, de separar-se da mãe ou de quem a leva à escola, rejeitar ser cuidado por outra pessoa, rejeitar alimentação, recusar-se a dormir; evitar usar o banheiro, recusar-se a participar das atividades propostas, recusar separar-se de seus objetos de apego, tais como chupetas e paninhos, ficar apático, ou ao contrário, muito agitado, bater e agredir

outras crianças sem motivo aparente, ficar doente seguidamente ou desenvolver doenças crônicas ligadas ao intestino, ou aparelho respiratório; machucar-se, entre outros inúmeros que são características de cada criança e sua história de vida.

Uma proposta que considera o tempo da criança para esse momento é trabalhar o acolhimento de forma positiva, com ambientação e socialização através da interação do professor e aluno. O acolhimento deve amenizar a adaptação da criança na creche, visto que é comum apresentarem, choro, a famosa angústia da separação, comportamento irritadiço e às vezes agressivo.

Para Winnicott (1971) é de vital importância que as mães cuidem de seus bebês, no início fisicamente e depois imaginativamente, fornecendo uma adaptação ativa. Também é uma característica da função materna fornecer um 'fracasso gradual da adaptação' de acordo com a habilidade crescente que cada bebê oferece. A criança precisa compensar o fracasso relativo por meio da atividade mental ou da compreensão. Desta forma, favorece o aparecimento de uma tolerância com a relação à necessidade do ego e a tensão pulsional (algo que lhe cause tensão interna, talvez angústia e ansiedade, que o leve a chorar, pedindo a sua satisfação), que em outras palavras pode ser traduzida em necessidade.

Durante o processo de adaptação, a reação das crianças com relação a separação dos pais pode acontecer de diferentes formas para expressar o que sentem: chorar, ou ficar muito caladas, adoecer; recusar-se a brincar, a comer, a dormir (BRASIL, 1998).



Embora alguns gestores solicitem enfaticamente que não deixem as crianças chorarem elas sentem-se melhores quando extravasam essa angústia através do choro, portanto supomos que o melhor é deixá-los extravasarem a angústia, expressarem os sentimentos chorando e compreendendo que em breve se acostumarão com a nova rotina.

Porém, como reagirão pais e gestores diante desta proposta de deixá-los livres para expressarem o seu 'sofrimento', ou seja, além de tudo, deixá-los chorarem e com o tempo de acostumarem como o novo ambiente?

Essa prática de deixá-los extravasarem não é bem vista por familiares e gestores, mas levando em consideração o direito que cada criança tem à liberdade de expressão, torna-se notório que essa é a melhor maneira de fazer com que a criança se sinta a vontade naquele ambiente desconhecido.

Deve-se refletir também no quão forte é o laço entre a criança pequena e com uma pessoa de referência da família, geralmente sua mãe. É com a mãe que ela passa a maior parte do dia e foi com a mãe que ele passou a maior parte do tempo de toda sua vida, ou seja, está completamente ligado e apegado a sua mãe.

Pensando nisso torna-se óbvio que a criança que está rompendo esse elo com a mãe vai de fato sofrer com essa separação, não há como evitar. O papel dos educadores é fazer com que a criança sofra o menos possível durante esse processo de rompimento provisório do elo com a mãe e se adapte da melhor maneira às rotinas da creche, mas é inevitável que ela sofra durante esse período.

Há de fato, sempre um grande esforço por parte da criança que chega e que está conhecendo o ambiente da instituição, mas entendemos que o processo de conhecer e estabelecer novos vínculos depende fundamentalmente da forma como a criança é acolhida.

De acordo com Ortiz (1999) devemos considerar a adaptação sobre o aspecto de acolher, aconchegar, procurar oferecer bem-estar, conforto físico e emocional, amparar, amplia significativamente o papel e a responsabilidade da instituição de educação neste processo. As atitudes e a qualidade do acolhimento garantirão a qualidade da adaptação e, portanto, trata-se de uma decisão institucional, pois há uma inter-relação entre os movimentos da criança e da instituição fazendo parte do mesmo processo.

O acolhimento deve acontecer todo dia na entrada. Após uma temporada sem vir à escola quando algum imprevisto acontece ou quando a criança sai mais tarde depois que as outras já saíram, após um período de doença e, enfim, sempre que o adulto julgar conveniente porque é bom para toda criança ser bem-recebida e sentir-se importante para alguém.

Os adultos também são sensíveis ao acolhimento. SE nos recebem bem nossa reação é de simpatia o que nos leva a esperar o melhor daquele ambiente e daquelas pessoas. Se formos recebidos friamente nossa tendência é também ignorar e não nos envolver. Esse comportamento e reação também ocorrem com as crianças.

À medida que a família e a criança conhecem o ambiente e o cotidiano da escola têm maior oportunidade de adquirir confiança



e estabelecerem um vínculo afetivo com os educadores e entre eles mesmos.

A ANGÚSTIA DA SEPARAÇÃO E O APOIO DOS OBJETOS TRANSICIONAIS

A angústia é uma fase pela qual todas as crianças vão enfrentar e significa que elas se sentem inseguras naquele momento, por isso, choram desesperadamente, com medo. Não é um período fácil. Mas, apesar de muito cansativo, é um momento em que o bebê precisará de ajuda para sentir-se amparado e seguro novamente (WINNICOTT, 1971).

Este estágio marca o início de um processo de separação entre a mãe e o bebê. O bebê grita, chora, esperneia cada vez que sua mãe se afasta dele. Não suporta perdê-la de vista e até acorda várias vezes durante a noite com evidente agitação, chegando a até chorar dormindo (WINNICOTT, 1971).

A angústia desse processo de desidentificação com a mãe, que o leva a descobrir que não é uma extensão dela, aparece em seus sonhos, perturbando-o e provocando o choro. Os temores são tão assustadores para ele que é difícil fazer com que durma tranquilamente (WINNICOTT, 1975).

A fase de angústia, embora seja, obviamente, um processo difícil, é uma fase inevitável e indispensável para o desenvolvimento do bebê. É importante entender que os medos são uma parte normal do seu desenvolvimento psicológico e que não pode ser impedida de acontecer (WINNICOTT, 1971).

Para o Psicólogo Wagner Luiz Teodoro (2013), é importante que essas

primeiras trocas consigam transmitir a criança uma sensação de conforto, pois estas principais impressões servirão de referência para as demais relações que a criança venha a estabelecer.

Para trazer mais leveza para este momento, e até para um desenvolvimento psíquico sadio, sugerimos (ou concordamos, ou indicamos) o uso de objetos transicionais (cobertores, fraldas, chupetas, ursinhos de pelúcia, etc), pois isso trará conforto a criança e auxiliará de forma positiva no desenvolvimento do processo de separação. A existência de um objeto transicional nesse primeiro contato com a escola, é saudável e pode ajudar a acalmar a ansiedade da criança.

É um processo de dependência seguindo para a independência, portanto a criança precisa se sentir segura para que esse processo de separação ocorra de forma tranquila e saudável.

Winnicott (1993) demonstrou em sua teoria a importância do objeto transicional, que é um objeto destacado pela criança, que constitui uma defesa contra a angústia. O objeto transicional ocupa um lugar ao lado da criança desde o primeiro até o sexto ano de vida ou além. O objeto é o espaço transicional que favorece a separação da mãe, (objeto materno ou primário), por ocasião do desmame ou de suas ausências. O campo de ação transicional descreve uma área de expansão apropriada em torno do corpo da criança.

É frequente ver a criança, entre os quatro e doze meses de vida, ligar-se a um objeto em especial, o qual ela pode cheirar, chupar, apertar contra si, o que se revela, particularmente indispensável no momento de



adormecer. Esse objeto transicional conserva por muito tempo o seu valor, até o perder progressivamente, podendo também reaparecer mais tarde, especialmente em situações de adaptação, insegurança, ou ao se aproximar de uma fase depressiva. Atitudes como certos gestos e diversas atividades bucais, como murmúrio, movimentos bucais, acompanhados de sons, balbucios e ruídos, são considerados por Winnicott (apud BRÊTAS, 2013) como fenômenos transicionais.

Enfim, para Winnicott (1993), os fenômenos transicionais remetem ao tema criatividade – viver com criatividade são verdadeiras marcas da nossa saúde mental.

ESTABELECENDO RELAÇÕES SOCIAIS

É na família que a criança inicia os primeiros contatos afetuosos e formações de vínculos, para que então posteriormente estenda-se ao social. A formação de vínculos sociais, são constituintes da subjetividade do indivíduo e também da construção particular do mundo pelo qual a criança vive, cria e significa. Por meio do contato com o social, a criança fortalece o seu desenvolvimento e começa a construir sua identidade social.

Nos primeiros anos de vida, o processo de socialização é carregado de oportunidades e aprendizagem significativa. Ao ingressar na vida escolar, o que é uma grande novidade para a criança, permite que ela se descubra e descubra quem são os outros, dessa forma, passam a interagir e se relacionar, interagem com os objetos, com os “coleguinhas” e aos poucos vão adquirindo conhecimento sobre o mundo em que vivem, contribuindo para as relações em grupo.

Acreditamos ser um ponto positivo nesse período, o educador descrever para as crianças, o que irá suceder a rotina, saber um passo a passo do que irá se propor na rotina do dia, trará maior segurança e maior conforto a emocional para a criança pequena.

Piaget (1971) entende que o desenvolvimento social age sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo. Como o desenvolvimento afetivo não é separado do desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento social está relacionado ao desenvolvimento cognitivo e afetivo. O conhecimento social é constituído pela criança à medida que ela interage com os adultos e com outras crianças.

Até os três anos aproximadamente, a criança gradativamente, vai adquirindo a capacidade de simbolizar a interação social, conforme vai desenvolvendo a linguagem oral, a habilidade de se comunicar e ampliada, fazendo com que as interações se tornem mais fáceis e diversificadas.

A teoria do brincar desenvolvida por Winnicott (1975) parte da consideração que a brincadeira é primária, e não produto da sublimação dos instintos. É uma forma básica de viver, universal e própria da saúde, que facilita o crescimento e conduz aos relacionamentos grupais. O brincar deve ser visto como uma experiência criativa. Para Winnicott (1975) o brincar é um indicador da saúde, do desenvolvimento e do sentimento de *ser* do bebê.

O prazer na brincadeira, é a garantia de saúde de quem brinca. Para Piaget (1971), a criança não é ativa e nem passiva, mas interativa, interagindo socialmente buscando informações, aprendem as regras dos jogos resultando no



engajamento individual de soluções de problemas.

Durante as brincadeiras em grupo, as crianças perceberão a realidade que seus parceiros de brincadeiras têm anseios e pontos de vista diferentes dos seus, se distanciando assim do seu egocentrismo, e assim, aprendendo a respeitar as diferenças e as vontades alheias.

Para Winnicott (1975) os processos de maturação e o desenvolvimento primário, são essenciais para o crescimento da criança, como também o brincar, onde passa a ter uma identidade própria. O autor segue relatando a importância do fator maturacional e o papel da mãe suficientemente boa, ele inclui não apenas o pai e a família, mas também a cultura em que estão inseridos. É neste ambiente em que a criança vai atribuir significados em relação a sua vida familiar e também cultural.

“É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)” (WINNICOTT, 1975 p. 80)

É importantíssimo que os educadores estimulem as crianças as expressarem seus sentimentos, sentir-se seguro no ambiente escolar é fundamental para que estreitem as relações com os outros, criando novos hábitos, conhecimentos, dessa forma, há a troca de valores também, atitudes necessárias para uma socialização saudável.

A criança está brincando agora com base na suposição de que a pessoa a quem ama e que, portanto, é digna de confiança, e lhe dá segurança, está disponível e permanece disponível quando é lembrada,

após ter sido esquecida. Essa pessoa é sentida como se refletisse de volta o que acontece no brincar (WINNICOTT,2008).

Portanto, é de suma importância a valorização e um olhar atento para esse período em que a criança está sofrendo transformações em sua personalidade, está aprendendo a conhecer a si e ao próximo. Tendo a família e os educadores como apoio, e inclusive através de brincadeiras, fará com que essa criança seja, social e emocionalmente saudável.

A POSTURA DO EDUCADOR

O bebê ao se separar da mãe é inevitavelmente uma situação difícil, e é também bastante ainda para o adulto – mãe. É um desafio a ser superado por ambos. A criança pequena é um ser muito sensível e pode captar as angústias e o estresse da mãe. Como ele ainda não sabe falar, sua única forma de se comunicar é por meio do choro e da expressão corporal. Moral da história, o bebê pode ficar mais agitado e choroso do que o habitual. Portanto, a melhor maneira de lidar com a situação é manter a tranquilidade e transmitir segurança ao pequenino.

De início é ideal que a mãe ou outro cuidador familiar esteja por perto nesse primeiro momento de adaptação. Oferecer colo e acalanto na hora do choro é fundamental. É uma forma de mostrar ao bebê que entendemos sua dor e nos empatizamos com ele. Essa medida também transmite ao bebê que ele não foi abandonado e está desprotegido. É preciso estar confiante e acreditar que se tudo for feito com paciência e persistência, logo o bebê se acostumará com a situação.



O educador tem um papel fundamental na vida de uma criança, deste modo, podemos salientar que o educador deverá ser alguém consciente, que perceba que não basta apenas gostar de crianças para trabalhar com elas. Deste modo, é necessário pensar no educador como alguém que mostra vários caminhos, que abre o leque de possibilidades às crianças para que estas possam acima de tudo escolher.

Porém, há uma carência de sensibilidade das educadoras que lidam com o processo de adaptação, que é um fator determinante para interferir negativamente nesse processo, destacamos a importância do aspecto afetivo neste momento para a criança, porém as birras e o choro que ocorrem nesse tempo, levam a falta de paciência desse profissional e pune muitas vezes eles, sem prestar a atenção que estão apenas querendo um gesto afetivo que cubra a ausência da mãe. Esses atos punitivos podem privar a criança do relacionamento de maneira espontânea com as outras crianças (OLIVEIRA, 2011).

Outra forma do educador contribuir com o processo de adaptação da criança, consiste em manter a comunicação desde o início com os pais (ou familiar responsável). Antes de planejar as atividades das primeiras semanas de aula, conversar com os pais (ou familiar responsável) para conhecer o aluno, suas preferências, características. Especialistas afirmam ainda que essa comunicação pode ser orientada também à criança, no sentido do educador ser empático, observando o comportamento do aluno, e até mesmo perguntando sobre seus sentimentos, já que esse nem sempre consegue expressar o que está sentindo.

A criança que vem à escola tem o direito de encontrar atitudes e ambientes acolhedores. E, em nosso caso significa também a organização do espaço e do tempo para ela se movimentar e viver as primeiras experiências culturais e sociais por meio da descrição de cada mês, é apresentado o diário de um possível ano de trabalho na pré-escola. As funções dos cantos, das paredes, do jardim nos momentos de atividade e de descanso tornam-se, em seu conjunto, orientações que levam a uma nova metodologia: a do sorriso e do acolhimento (STACCIOLI, 2013).

Outro aspecto para o qual especialistas como Kishimoto (1993) chamam a atenção é quanto ao planejamento de atividades para as crianças de até quatro anos. Segundo Kishimoto (1999, p. 23), “a criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverando e esquecendo sua fadiga física pode certamente tornar-se homem determinado, capaz de auto sacrifício para a promoção do seu bem e de outros”.

Nessa faixa etária as crianças são egocêntricas, por isso o foco do educador deve estar em acolher a criança individualmente, uma vez que a integração desta ao grupo ocorre naturalmente, na proporção que ela se sente mais segura no novo ambiente.

O educador deve ser, sobretudo, alguém que permite o desenvolvimento de relações de confiança e de prazer através da atenção, gestos, palavras e atitudes. Deve ser



alguém que estabeleça limites claros e seguros que permitam à criança sentir-se protegida de decisões e escolhas para as quais ela ainda não tem suficiente maturidade, mas que ao mesmo tempo permitam o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança sempre que possível. Deve ser alguém verbalmente estimulante, com capacidade de empatia e de expansividade, promovendo a linguagem da criança através de interações recíprocas e o seu desenvolvimento social e emocional.

A AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO

A criança ingressa na escola carregada de emoções, sentimentos, inclusive o do medo, daí a importância do período adaptativo das crianças com o mundo escolar. Sendo que o tempo que ela necessitará para envolver-se neste novo universo é diferente entre cada criança e dependerá das relações afetivas que terá com sua professora. Nesse sentido, para a criança, torna-se importante e fundamental o papel do vínculo afetivo, que inicialmente apresenta-se na relação pai-mãe-filho e depois vai se ampliando para a figura do professor.

Para haver aprendizagem deve haver troca, e para haver troca, essa troca deve ser permeada de afeto. Precisamos não só ensinar o currículo, mas ensinar a amar, a ter empatia com o outro, e isso só se dá através do afeto e da afetividade. Para isso precisamos da família e do lúdico, pois é a através do lúdico que podemos ensinar com

afeto (DE PAULA e FARIA, 2010).

As crianças precisam e devem ter a chance de desenvolver a afetividade no ambiente escolar, pois, por muitas vezes elas não tem esse ambiente afetivo em seu lar. A falta de afeto pode levar a uma carência de vontade de aprender, ou rejeitar atividades relacionadas a educação, e essa falta de afetividade no lar pode ter consequências danosas no desenvolvimento psico-afetivo ou nas relações sócio-familiares. A criança deve ser tratada como sujeito social e não devemos subestimar a sua capacidade de compreender as mudanças que ocorrem em seu universo particular e Winnicott (1971) ressalta ainda mais a importância do papel materno nessa fase:

Vai por mal caminho o bebê cuja mãe trate dele, ainda que o faça na melhor das intenções, acreditando que os bebês pouco mais são, no princípio, do que um feixe de fisiologia, anatomia e reflexos condicionados. Sem dúvida, esse bebê será bem alimentado, poderá alcançar uma boa saúde física e ter um crescimento normal, mas se a mãe não souber ver no filho recém nascido um ser humano, haverá poucas probabilidades de que a saúde mental seja alicerçada com uma solidez tal que a criança, em sua vida posterior, possa ostentar uma personalidade rica e estável, suscetível não só de adaptar-se ao mundo, mas também participar de um mundo que exige adaptação (WINNICOTT, 1971).

Segundo Winnicott (1971), pode-se dizer que a criança precisa de um bom lar, de



uma boa base familiar com que possa se identificar, necessita de um ambiente emocional estável em que permita ter a oportunidade de realizar firmes e naturais progressos, no devido tempo, no decorrer das fases iniciais do seu desenvolvimento. No entanto, como espaço de socialização, a escola também pode oferecer boas construções internas como segurança, autoestima, resiliência e empatia.

Da mesma forma que os adultos, as crianças também são movidas a afeto, carinho, toques, abraços e afagos, essas são formas significativas de demonstrar afetividade, que é fundamental para a formação da inteligência, além disso, um professor presente, atento e participativo, favorece no delicado processo de acolhimento, faz com que se sintam mais seguros e aceitos.

Os laços entre alunos e professores se estreitam e, na imensa proximidade desse imprescindível afeto, tornou-se importante descobrir ações, estratégias, procedimentos sistêmicos e reflexões integradoras que estabeleçam vínculos fortes entre o aluno, o professor e o aprendizado (ANTUNES, 2007).

Para Winnicott (2011) o ambiente de aprendizagem em torno da criança é de extrema importância para seu crescimento, e cabe também ao professor, ser flexível e buscar se adaptar as especificidades e necessidades de cada criança, buscar ter uma relação viva e pessoal.

Basta estarmos sempre presentes, e sermos coerentemente iguais a nós mesmos, para proporcionarmos uma estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, com a qual o bebê já pode sentir-se seguro. É em relação a isso que o bebê cresce, e é isso que ele absorve e copia. Quando oferecemos segurança, fazemos simultaneamente duas coisas. Por um lado, nossa ajuda livra a criança do inesperado, de um sem-número de instruções indesejáveis e de um mundo que ainda não é conhecido ou compreendido. E, pelo outro lado, protegemos a criança de seus próprios impulsos e dos efeitos que estes possam produzir. Não é necessário afirmar que crianças muito novas necessitam de um cuidado absoluto e não conseguem se virar sozinhas. Precisam ser embaladas, levadas daqui para lá, ser limpas e alimentadas, ser mantida na temperatura correta e protegidas de correntes de ar e ruídos fortes. Seus impulsos precisam ser correspondidos, e nós precisamos decifrar sua espontaneidade (WINNICOTT, 2011, p.45).

Sugerimos que as instituições de educação infantil, devem elaborar um calendário especial para a fase de acolhimento, levando em consideração as especificidades de cada faixa etária e a quantidade de horas em que permanecem na unidade. É importante frisar que para as crianças menores (de 0 a 03 anos) o processo



é ainda mais delicado, pois costumam se sentir ansiosos com a novidade.

Para que todo esse processo seja bem-sucedido, é fundamental o envolvimento e a dedicação de todo o grupo escolar (gestores, educadores, assistentes), que saibam respeitar o tempo de cada criança. Dessa forma, se estabelece um importante elo, e um marco no desenvolvimento de cada criança, e com um pouco de afabilidade, a tendência é deixar apenas marcas positivas nas vidas desses pequenos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos essa temática, que nos levou a refletir sobre a importância do afeto no processo de acolhimento, nos deparamos a princípio com a dificuldade em localizar bibliografias específicas, visto que é um tema pouco explorado, porém o consideramos de extrema relevância, pois enxergamos que os vínculos afetivos presentes no cotidiano familiar e escolar auxiliam de forma positiva na construção da identidade de cada criança como sujeito, e auxilia também no processo de ensino aprendizagem.

Concluimos que o educador tem papel fundamental na vida da criança, pois a partir de uma postura ética e humanizada, tem a capacidade de proporcionar mais qualidade de vida, para a criança, através de um ambiente de convívio agradável e acolhedor, desde que esteja efetivamente ligado ao processo.

Os educadores têm papel fundamental na promoção da segurança interna e autoestima positiva das crianças, pois a relação entre cuidar-educar são indissociáveis.

E por fim, procuramos demonstrar que apesar das dificuldades e particularidades do processo de adaptação e acolhimento, havendo comprometimento e envolvimento por parte dos educadores e também das famílias é possível enxergar o afeto como cura para a angústia presente nesse momento da vida infantil, fazendo com que a criança cresça emocionalmente saudável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da Infância e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1960.

BRASIL. Lei Federal 9494/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12 mai 2017.

BRASIL. Lei Federal 8069/1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 12 mai 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf>. Acesso em: 12 mai 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares para Educação Infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf>. Acesso em: 12 mai 2017.

BRÊTAS, JRS; SILVA, CV. Mudanças na vida privada familiar: Repercussões para maternagem e desenvolvimento da criança. **ACTA. Enf.**, 1998

DE PAULA, SR.; FARIA, MA. Afetividade na aprendizagem. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. FAC, São Roque, 2010.



KISHIMOTO, T. M. **À pré-escola em São Paulo** (1877 a 1940). São Paulo: Loyola, 1988.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo a criança e a educação**. Petrópolis. RIO DE JANEIRO; VOZES, 1993.

OLIVEIRA, Zilda de Moraes R de. Creches no Sistema de Ensino. In: MACHADO, M. L. de A (org). **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Cisele. Projetos de capacitação 1999. Disponível em: <<http://avisala.org.br/>>. Acesso em: 18 maio 2017

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: LCT, 1971.

SARMENTO, M. J. **“Estamos longe de garantir o direito à participação das crianças”**. (Entrevista). De olho no Plano, 2011. Disponível em: <<http://deolhonoplano.org.br/>>. Acesso em 22 mai de 2017.

STACCIOLI, Gianfranco. **O diário do acolhimento na escola da infância**. Coleção: formação de professores. Autores associados, 2013

TEODORO, Wagner Luiz. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 anos e a vida escolar**. Ebook: Uberlândia, 2013

WINNICOTT, DW. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971

_____. **Da pediatria a psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago; 2000.

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.